

CEDI - P. I. B.
DATA 16 / 06 / 87
COD. K3.D00015

Handwritten notes:
16/06/87
K3.D00015

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO "LEVANTAMENTO
SOBRE A INSERÇÃO DE ANTROPÓLOGOS
NO MERCADO DE ASSESSORIAS"

Na realização do "Levantamento da situação atual da inserção de antropólogos no mercado de assessorias" — tal como proposto em carta de 25.03.87 — foram observadas algumas dificuldades para trabalhar as variáveis indicadas e, principal-mente, elaborar o cadastro dos assessores. Desde o início, ficou claro que o universo da pesquisa era mais amplo do que osugerido, o que implicou em uma mudança de enfoque no tratamento da questão.

Em relação ao cadastro, teria sido possível, por exem-plo, relacionar apenas os antropólogos/consultores cujo traba-lho tenha sido tornado público. Entretanto, acreditamos que o cadastro não deva se restringir a uma enumeração incompleta, já que era inviável obter indicações sobre possíveis assessorias das quais não tínhamos conhecimento (sobretudo as prestadas diretamente às empresas de consultoria, engenharia, etc.).

Este aspecto tornou-se evidente por ocasião das primeiras entrevistas informais, de caráter exploratório, quando ainda se julgava possível a realização do levantamento tal como proposto. Pareceu-nos ainda anti-ético arrolar simplesmente nomes de antropólogos, por indicação de terceiros, sem que estes tetenham conhecimento dos objetivos do levantamento da ABA e te

nham assim autorizado sua inclusão no cadastro.

Sugerimos que a ABA entre em contato, de modo formal, com instituições de ensino, pesquisa, entidades indigenistas e ligadas aos movimentos sociais que estejam envolvidas no acompanhamento dos projetos econômicos. Acreditamos que este procedimento possa trazer, a curto e a longo prazo, resultados mais satisfatórios para a definição de uma política institucional da ABA em relação à questão.

Em anexo, apresentamos uma sugestão de carta que poderia ser encaminhada pela ABA a essas instituições. Anexamos também uma relação completa das universidades brasileiras (obtida junto à SBPC) bem como das principais organizações não-governamentais. Estamos à disposição da ABA para organizar as informações que forem assim obtidas.

A inserção de antropólogos no mercado de chamadas às sessorias não é recente e não se restringe à implantação dos Grandes Projetos, embora esta seja uma demanda crescente. De forma esquemática, é possível apontar tipos distintos de assessoria:

- assessoria prestada diretamente à organização dos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, etc.;
- assessoria prestada à administração federal, estadual ou municipal em programas voltados para o bem-estar social (por e

xemplo, à Secretaria Estadual de Habitação de São Paulo para a construção de casas indígenas);

- assessoria vinculada à implantação dos Grandes Projetos através de empresas públicas ou privadas, com impactos significativos junto às populações locais, sobretudo indígenas (Polo noroeste, Carajás, hidrelétricas, etc.).

Sabemos que o interesse da ABA prende-se exatamente à discussão desta última assessoria. Assim, gostaríamos de salientar que um debate mais sistemático acerca desta questão foi iniciado no 9º Encontro da ANPOCS em 1985.

Naquela ocasião, o GT Política Indigenista reuniu-se com o objetivo de discutir sobre a participação de antropólogos na assessoria a órgãos públicos e a projetos de desenvolvimento regional. Estiveram reunidos antropólogos consultores do Programa Polonoroeste, Projeto Ferro-Carajás e um representante do grupo vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, que assessora a ELETROSUL para as barragens do rio Uruguai.

Na reunião enfatizou-se a necessidade da participação de antropólogos como avaliadores e assessores nos programas de desenvolvimento, como forma de garantir a existência efetiva do componente de "proteção" às populações indígenas e ao meio ambiente, desde a formulação até a execução e a avaliação desses projetos.

Uma preocupação e um receio permanentes dos antropólogos que acompanham programas econômicos é que sua ação se limite a legitimar esses projetos, sem meios concretos de influenciar e alterar políticas públicas. Não se pode aceitar que o trabalho do antropólogo fique restrito a denúncias a posteriori ou a recomendações que, por mais elaboradas e detalhadas que sejam, acabem sempre engavetadas.

Foi então elaborado um documento síntese das discussões realizadas, com vistas a fornecer subsídios para a continuidade do debate, que se pretendia estender aos demais cientistas sociais. Nesse sentido, foram apontadas medidas que deveriam ser mais amplamente debatidas entre os antropólogos, com o objetivo de contribuir para uma definição da política institucional da ABA a esse respeito:

- buscar formas de controle que garantam aos antropólogos e populações diretamente afetadas participação efetiva no planejamento; e para que a política de alocação de recursos siga as recomendações apontadas pelos antropólogos;
- a não consideração dessas recomendações deveria comprometer o conjunto do programa econômico em execução e não apenas o setor afeto às populações indígenas. Um poder de veto viria a fortalecer a atuação dos antropólogos junto aos organismos executores;

- o planejamento e a alocação de recursos deve se dar através de órgãos menos sujeitos a pressões contrárias aos interesses das populações afetadas, garantindo que os recursos as beneficiem efetivamente;
- a fiscalização e a avaliação desse componente deve se dar a través de instituições científicas e universidades — e não apenas por empresas privadas de consultoria — o que asseguraria uma maior autonomia em relação às recomendações e li nhas de ação.

Apontou-se ainda a necessidade de observar condições adequadas para o trabalho do antropólogo consultor, possibilitando a autonomia do seu parecer em relação aos objetivos dos Grandes Projetos:

- garantia de trabalho e pesquisa, com contratos para toda a duração do projeto e suporte financeiro para todas as viagens necessárias;
- liberdade de acesso às áreas indígenas (especialmente nos casos de consultoria qualificada, são inaceitáveis as proibições feitas pela FUNAI);
- acesso a todas as informações existentes em órgãos públicos, que sejam consideradas relevantes para a consultoria;

- os relatórios produzidos pelos antropólogos consultores devem ser encaminhados à ABA, ANPOCS, entidades científicas e de defesa dos direitos humanos, como forma de garantir a qualidade da consultoria e sua identificação com os interesses das populações afetadas;
- as instituições de pesquisa devem ser estimuladas para a concessão de bolsas de estudo e fundos de pesquisa visando um conhecimento mais aprofundado das populações afetadas pelos Programas de Desenvolvimento.

Considerando a importância do debate já iniciado, a demanda crescente de consultorias aos Projetos Econômicos e a necessidade de se dispor de mais elementos que permitam definir a participação da ABA no acompanhamento destas questões, sugerimos a organização de um primeiro seminário como parte integrante deste levantamento, cujo tema seria "Políticas Públicas", "Grandes Projetos" e "Impactos sobre populações locais".

Essas questões — já tratadas no encontro da ANPOCS — são relevantes principalmente diante do modelo de desenvolvimento brasileiro que vem sendo imposto. A discussão justifica-se:

- pela falta de conhecimento público e discussão ampla das políticas governamentais. Deve merecer especial atenção o fa

to da contratação pelo governo de empresas privadas de consultoria para a elaboração de seus programas de desenvolvimento;

- pela falta de participação das populações afetadas pelos Grandes Projetos em processos decisórios;
- pela falta de coordenação entre políticas públicas e atraso do componente "proteção" às populações afetadas em relação à execução dos programas.

Este seminário permitiria também definir critérios e mecanismos de controle da atuação dos antropólogos consultores, garantindo a qualidade de seu parecer e o respeito às populações envolvidas. Para a realização do seminário, sugerimos a formação de uma comissão organizadora, constituída por antropólogos que, efetivamente, venham acompanhando a implantação dos chamados "Grandes Projetos". Para facilitar o trabalho da organização do seminário, o núcleo dessa comissão deveria ser composto pelos antropólogos residentes em São Paulo.

Centro de Trabalho Indigenista
 Maria Elisa Ladeira
 Iara Ferraz

MAIO 87

A N E X O

Minuta de carta aos Deptos. de Ciências Sociais (Antropologia) das Universidades brasileiras, instituições de pesquisa e entidades indigenistas.

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA) vem, pela presente, solicitar a colaboração de V.Sa na realização de um levantamento sobre a inserção de antropólogos no mercado de assessorias/consultorias. Esse tipo de solicitação profissional vem se acentuando a partir da década de 70 com a implantação dos chamados "Grandes Projetos".

Assim, pedimos que nos sejam enviadas informações sobre possíveis relações desta instituição com programas de assessoria/consultoria a empresas públicas e/ou privadas, particularmente dados básicos de identificação (empresa, período, tipo de projeto, população afetada), bem como uma lista nominal dos antropólogos diretamente envolvidos, além da cópia da documentação produzida no decorrer da consultoria.

A organização destas informações, que estão sendo solicitadas a todos os Departamentos de Ciências Sociais e institutos de pesquisa do país, permitirá à ABA definir melhor uma política institucional a esse respeito, subsidiando debates que, reiteradamente, vêm sendo solicitados pelos associados.